

ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UM OLHAR SOBRE O ENSINO MÉDIO

SILVA, Wagner Tavares da – UEPB-PIVIC
ALEIXO, Ramon Alcântara – UEPB-PIVIC
ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão – UEPB

Resumo

Este estudo discute sobre o ensino de história no ensino médio, fazendo articulação entre a forma como esta disciplina é trabalhada no ambiente escolar e a importância da construção da cidadania, dos alunos e alunas desta modalidade de ensino. Procuramos identificar se a prática educativa do professor contribui, no cotidiano da sala de aula, para a percepção de cidadania entre seus educandos. Nos referenciamos teoricamente, nos trabalhos desenvolvidos por Bittencourt, Certeau, Fonseca, Freire, Santos e Oliveira, e como procedimento metodológico, utilizamos a história oral, como meio investigativo para elaboração da pesquisa histórica no contexto educacional, a partir da perspectiva de Alberti, Amado e Ferreira. Recorremos aos documentos orais por considerá-los importantes para o estudo proposto. Na análise investigativa, os resultados apontaram que, mediante os problemas apresentados no ensino da história no ensino médio, o posicionamento crítico dos membros da comunidade de aprendizagem, diante do que vivenciam no cotidiano escolar, é significativo para sua percepção da escola, do ensino e para sua constituição da noção de cidadania.

Palavras-chave: Ensino de história. Ensino Médio. Cidadania. Prática educativa.

Introdução

Diante das mudanças do mundo atual, pensar a educação escolar no âmbito da **globalização**, a partir de uma postura crítica é significativa para o ensino de história uma vez que permite por parte dos alunos, um posicionamento frente às questões de seu tempo e da realidade social na qual está inserido é fundamental para a construção de sua cidadania.

Uma das grandes preocupações de educadores e educadoras é criar situações de ensino na qual os sujeitos da aprendizagem participem de todo o processo, não como meros espectadores, mas que na ação educativa, estes sejam atuantes e participativos.

Percebemos que o ambiente escolar congrega uma comunidade aprendente muito diversa, são sujeitos históricos de diferentes identidades culturais, de gênero, raça e cultura, o que torna importante criar espaços de aprendizagem significativa, com processos educativos que possibilitem o aprendizado dos saberes históricos.

Este texto tem por objetivo traçar uma análise sobre o ensino de história no ensino médio, a partir da visão construída por alunos e de um professor de uma escola pública, realçando os problemas existentes no cotidiano escolar por eles vivenciado, e como, a partir de situações como esta, torna-se possível pensar na construção da noção de cidadania.

Os trabalhos desenvolvidos por Bittencourt (2004), Certeau (1994), Canivez (1991), Fonseca (2003), Freire (2000), Oliveira (2003) e Santos (2001), funcionaram como eixos teóricos que permitiram esboçar as diretrizes deste estudo. A metodologia da história oral é desenvolvida como caminho investigativo, tendo a entrevista como técnica. Tal procedimento é entendido, neste trabalho, como um momento de diálogo entre o pesquisador/entrevistador e seu interlocutor. Situação favorável que possibilitou a emergência de questões que faziam parte do contexto da memória do entrevistado, possibilitando o entrecruzamento de conhecimentos e fontes, de vital importância para a viabilização deste estudo.

Deste modo, a história oral, como campo metodológico, surge neste texto, a partir dos olhares tecidos por Alberti (2004), Amado e Ferreira (1997), demarcando nosso itinerário, visto que as fontes orais, compostas por depoimentos de alunos e do professor, que participaram do contexto da pesquisa, são os elos significativos da proposta aqui apresentada.

Considerando estes aspectos, elaboramos a seguinte questão para guiar o nosso raciocínio: ***de que modo o ensino de história no ensino médio, pode colaborar para a construção da cidadania dos alunos e alunas?***

1. A cidadania e o ensino da História: aproximação necessária para a compreensão da realidade

No campo educacional, entre as questões e ações inerentes à preocupação de educadores e educadoras da modalidade de ensino médio, está a de propiciar a formação de um cidadão crítico que seja capaz de interpretar as questões relevantes de seu tempo e de sua realidade social.

Compreendemos que, se entre o propósito da política educacional sobre o ensino médio, que coloca como questões garantir o direito ao ensino médio a alunos e alunas, para que estes concluam a etapa final da escola básica, verificamos, é que o citado

ensino, mesmo contituindo-se numa garantia advinda da legislação brasileira, posto que está na Constituição de 1988, algumas escolas ainda carecem de maiores aparatos, tanto do ponto de vista de recursos humanos e didáticos, como de modificações na prática educativa de seus professores e professoras, objetivando um ensino voltado para a criticidade.

Ao terem em vista estes aspectos os professores e professoras poderão promover o envolvimento de seus alunos/alunas no ensino-aprendizagem das disciplinas escolares, e propiciando o desenvolvimento de suas competências e habilidades, integrando-os ao mundo de educar tanto do ponto de vista cognitivo, como dando-lhes condições para que articulem os conhecimentos escolares e a sua vivência cotidiana, o que contribuirá efetivamente na construção de suas cidadanias.

Perceber a escola como um espaço de interação de conhecimento e a sala de aula do ensino médio canal de criação de saber é primordial para que se possibilite uma interação/integração entre os membros da comunidade de aprendizagem: comunidade que significa a participação ativa dos sujeitos educacionais. Conforme Bittencourt (2004):

A escola, por sua vez, também é concebida ou como o “lugar” privilegiado da produção das disciplinas escolares, mesmo que possa estar mais ou menos dependentes de interferências externas, ou como instituição que, embora conte com vários agentes no seu interior, não tem autonomia suficiente para a criação (BITTENCOURT, 2004, p.50)

No campo de estudo do ensino de história, a discussão sobre o ensino médio deve propiciar meios e possibilidades para que os alunos e alunas enquanto sujeitos históricos, compreendam seu papel social e a relevância de sua intervenção nos processos educativos. Um ensino de história que se quer crítico deve nortear a importância destes aspectos, que são considerados primordiais tanto para educadores/educadoras como para seus educandos, fator que permite uma maior compreensão da realidade social em que todos e todas estão inseridas).

Dentre as novas propostas que visam a reelaboração das práticas educativas inerentes ao ensino de história no ensino médio, destacamos o empenho das novas teorias pedagógicas diante da ampliação acerca da discussão do conceito de cidadania, bem como a sua reflexão nas práticas educativas e no cotidiano escolar (FONSECA, 2003).

Nessa perspectiva, Santos (2001) define cidadania como uma missão pública, uma prioridade do serviço à comunidade e à solidariedade, ultrapassando, assim, aquela perspectiva passiva, reduzida a um conjunto de direitos. Deste modo, o papel atribuído às práticas cidadãs superaria o conceito, que define cidadania como uma atribuição intitulada aos direitos e deveres para com o Estado, devendo este, em troca, garantir segurança e proteção, possibilitando, assim, garantias de integridade física e moral do cidadão.

Se o ambiente escolar atua como prática de uma instituição responsável por trabalhar o conceito de cidadania no cotidiano pedagógico, entendemos este referido conceito não apenas como mecanismo perpetuador da concepção dominante das práticas cidadãs, incluindo as relações dos cidadãos e dos grupos sociais com o Estado. A escola, nesse sentido, pode gerar outras concepções de cidadania, para além das noções teóricas e legais.

De acordo com essa perspectiva, Certeau (1994) afirma que as ações desenvolvidas nos espaços cotidianos são fundamentais em novos processos de aprendizagem, sendo essas circunstâncias responsáveis por permitir, astuciosamente, a transgressão das normas ditadas pelo poder instituído, desenvolvendo táticas emancipatórias sobre o estudo do cotidiano, valorizando seus significados, suas características e suas possibilidades, uma vez que é nele e sobre ele, que atuamos concretamente na tessitura de ações que contribuem para a emancipação social democratizante, dentro e fora da escola.

Dessa forma, propomos a discussão acerca da elaboração do conceito de cidadania nas práticas relacionadas ao ensino de história no ensino médio, visto que essa disciplina pode ser pensada como educativa, formativa, emancipadora e libertadora; auxiliando os indivíduos na formação da consciência histórica dos homens e mulheres, possibilitando a construção de identidades na elucidação do vivido, bem como na intervenção social e praxes relacionadas ao individual e o coletivo (FONSECA, 2003; OLIVEIRA, 2003).

Analisando as práticas relacionadas à construção histórica em torno dessa disciplina, evidenciamos a relação existente entre o ensino de história e os embates: sócio-políticos, econômicos e culturais. Assim, destacamos as inúmeras influências sofridas por esta disciplina ao longo da educação brasileira; enfatizando o projeto educacional, implementado entre as décadas de 1960 e 1970, onde, por influência do

poder coercitivo exercido pela ditadura militar, a disciplina história passou a ser repassada como conteúdo voltado para a formação cívica e o ajustamento dos jovens, de acordo com os objetivos e interesses do Estado, já que este projeto objetivava garantir a “segurança Nacional” e o suposto desenvolvimento econômico (FONSECA, 2000).

A escola tradicional positivista contribuiu para a consolidação dos interesses militares, na medida em que exaltava os mitos nacionais sobre a formação da sociedade brasileira, introduzindo uma concepção auto-excludente. Dessa forma, a história seria feita por poucos e para poucos: sujeitos comuns seriam meros figurantes no processo de construção da identidade nacional. Sendo assim, essa concepção a respeito do ensino de história legitimaria o ideal liberal de cidadania dominante na elite brasileira (FONSECA, 2000).

Segundo Canivez (1991), os ideais liberais, ancorados no princípio da concorrência, na liberdade total de atividades e trocas, reservam como valores centrais que caracterizam a sociedade moderna o trabalho e a eficácia, o progresso das técnicas e das ciências. Assim “o status fundamental atribuído ao indivíduo não é o de cidadão, mas, sim, o de trabalhador, produtor, consumidor [...] O Estado é um mal necessário e a cidadania é uma noção marginal para não dizer caduca” (CANIVEZ, 1991, p.16-17).

Concepção que não confere valor ou dignidade suplementar ao indivíduo, mas apenas sanciona uma situação de fato: a de que todos os cidadãos herdaram uma nacionalidade ao nascer. E essa nacionalidade confere direitos e deveres específicos consideráveis, tais como o direito do voto e o de defesa nacional. Mas esses direitos e deveres “herdados” não constituem o principal da vida cotidiana, que é a vida do trabalho (CANIVEZ, 1991, p. 18).

No bojo das transformações anunciadas pelo processo de redemocratização e de reorganização da sociedade brasileira, surgem novas propostas, visando às reformulações curriculares ao ensino de história nos anos 80 e, posteriormente nos anos 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, com a mudança do objetivo da disciplina, que visa, agora, a formação de cidadãos aos moldes de uma sociedade democrática (BITTENCOURT, 2004).

Logo, o ensino de História propõe-se a desenvolver nos indivíduos uma criticidade voltada aos problemas sócio-econômicos nacionais, destinada à intervenção e à transformação da realidade brasileira. Por meio de questionamentos e problematização da realidade, a história tornou-se modificadora e até certo ponto revolucionária. De acordo

com essa perspectiva, os indivíduos passam a intervir no processo histórico, situando-se não mais como figurantes, mas como agentes edificadores e transformadores do meio social do qual fazem parte.

Assim, a proposta pedagógica do novo século ao ensino de história visa o aguçamento da criticidade dos sujeitos educativos no que se refere às questões políticas, econômicas e sociais, com vistas à construção da concepção das práticas cidadãs desde o ambiente escolar, como bem nos coloca Fonseca (2003):

A proposta de metodologia do ensino de história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola, etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (FONSECA, 2003, p.94).

Como enfatiza Nascimento (2001), a cidadania, considerando-se os seus aspectos de subjetividade, de globalização, de planetarização, torna-se um exercício ininterrupto de compreensão da realidade.

2 A experiência da construção da cidadania no contexto campinense: uma abordagem a partir da Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida – Estadual da Prata.

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la, sob um olhar mais denso, considerando a dimensão do dinamismo existente nesse espaço, potencializado pelas múltiplas diversidades culturais coexistentes nesse ambiente. Ao adentrarmos o ambiente escolar, observamos a grande diversidade sócio-cultural vigente nesse espaço, visto que, nesse meio, encontramos uma complexa rede de indivíduos das mais variadas culturas e classes sociais, interagindo e trocando experiências, as quais, dependendo da prática educativa a ser utilizada pelo professor, poderão contribuir, ou não, para o desenvolvimento de processos educativos no ensino-aprendizagem de história.

Para emprendermos esta pesquisa histórica de cunho educacional, utilizamos os recursos da metodologia da história oral, através do uso da entrevista (ALBERTI, 2003). Ao recorrermos às fontes orais, tivemos um outro elemento, além da bibliografia consultada para o trabalho, que foi significativo para compreendermos o estudo proposto, a fala do professor e de alunos que fazem parte do contexto educacional referido. Entrevistamos um professor da disciplina história e dois alunos da 2ª. e 3ª. série da escola mencionada, que se dispuseram a nos conceder suas vivências e experiências. Suas falas e visões do ensino da disciplina e da escola geraram sustentabilidade na compreensão e na construção textual que aqui desenvolvemos.

Segundo Amado e Ferreira (1997), o uso da história oral, enquanto abordagem metodológica, permite ao pesquisador captar informações que comumente não fazem parte dos documentos escritos, mas que, ao se trabalhar com a memória e subjetividade dos sujeitos históricos, permite ter conhecimento de acontecimentos importantes, que não foram captados ou ressaltados nos demais documentos.

De acordo com essa perspectiva, analisamos o cotidiano das práticas educativas na cidade de Campina Grande, mais precisamente no Colégio Estadual de Ensino Médio e Educação Profissional Dr. Elpídio de Almeida, conhecido como Estadual da Prata, localizado no bairro da Prata. O referido colégio contém aproximadamente três mil alunos, instalados em sessenta e seis salas, distribuídos ao longo de três turnos. Apesar de possuir uma das maiores instalações físicas do Estado da Paraíba, observamos inúmeras dificuldades enfrentadas por professores e alunos na execução de um trabalho educativo, principalmente, a ausência da conclusão de um projeto político-pedagógico, que é de fundamental importância para o fortalecimento das relações entre professores, alunos e a comunidade escolar.

Dentre os vários obstáculos listados e enfrentados por estes, ressaltamos ainda a ausência de livros didáticos para o ensino médio, dificultando o trabalho dos professores e professoras e, conseqüentemente, a aprendizagem, ficando a cargo dos docentes o acesso ao material didático, constituindo-se, assim, num verdadeiro desestímulo a sua jornada no exercício da educação cotidiana.

Ao observarmos a prática educacional nesta escola, no período noturno, verificamos o grande contingente de alunos que necessitam trabalhar, visando à complementação da renda familiar, constituindo-se em mais um empecilho à prática educacional. Visto que este turno, por exemplo, apresenta conforme informações que

obtivemos, um índice significativo de evasão escolar, provocando, portanto, desestímulo na aprendizagem dos saberes históricos, bem como na compreensão dos demais conteúdos escolares.

A evasão escolar tão presente na realidade brasileira apresenta-se de forma bastante acentuada no período noturno. Em uma determinada sala, foi possível constatar que trinta lugares disponíveis, apenas seis estavam ocupados. A apatia dos alunos diante do conhecimento exposto pelo professor mostrava-se evidente, na medida em que estes pareciam não encontrar correspondência entre a realidade e o conteúdo programático difundido pela escola.

Ao entrevistarmos alunos da 2ª e da 3ª séries do ensino médio observamos nestes certa oscilação entre o desejo de aprendizagem e a falta de entusiasmo diante das propostas oferecidas pela escola. Ao perguntarmos qual a sua perspectiva diante dessa instituição escolar e a construção da cidadania nas práticas do ensino de história, estes afirmaram:

Esta escola já foi melhor. O professor de história é bom, ele tenta despertar a criticidade dos alunos, discutimos sobre política e outros assuntos do cotidiano. No entanto, falta incentivo aos alunos, pois as aulas são cansativas, o modelo é tradicional e a gente não encontra correspondência entre a aula e a vida em casa. (E. M. J, 2ª. série).

Outro afirmou que:

O ensino de história é muito ruim, a gente não vê política, economia e outras coisas. Parece que os professores só estão preocupados em garantir o seu salário (P. A. M. M, 3ª série).

As palavras proferidas pelos jovens evidenciam a realidade educacional presente em inúmeras escolas brasileiras, que, desprovidas de recursos governamentais, oferecem um ensino de práticas obsoletas, com um enorme déficit na aprendizagem. Diante dessa problemática, questionamos: quais seriam as medidas a serem tomadas, visando à melhoria do ensino médio e público?

A respeito disso, destacamos as palavras do professor de História J.R, que leciona na escola visitada, mencionada no momento anterior:

No exercício da prática pedagógica, muitas são as dificuldades enfrentadas por nós, professores. A meu ver, um dos elementos que consubstancia maior dificuldade nesse meio, constitui-se na ausência do

apoio didático ao ensino médio. Esta situação leva-nos a recorrer, como último recurso, ao uso de métodos um tanto quanto obsoletos como resumos do resumo. Sendo assim, sentimos-nos limitados no exercer dessa prática, principalmente no que concerne a sua identificação, bem como a construção das práticas cidadãs no cotidiano escolar. O turno da noite representa, na maioria dos casos, o mais problemático, em virtude da vasta faixa etária a que atendemos, já que estes exercem alguma atividade durante o dia. Dessa forma, não podemos elevar tanto o nível ou de outra maneira, subestimar sua capacidade intelectual (J. R.).

Em meio às inúmeras dificuldades enfrentadas por este professor e seus alunos no exercício pedagógico, percebemos que por mais que se elabore esforços no sentido de detectar o problema educacional brasileiro, e buscar alternativas às suas dificuldades, ficamos impotentes perante o aparente fracasso a que esse processo educacional parece estar fadado.

Porém, a transformação do cotidiano, como nos ensina Certeau (1994), deve ser uma tática permanente, que nunca poderemos deixar de reavivar, mobilizando estratégias e esperanças.

Em nossa visita ao Colégio Estadual da Prata, ao indagarmos muitos de seus alunos que ali se faziam presentes, a respeito do principal motivo que os levava a freqüentar o ambiente escolar, escutamos destes, a clássica frase: “Estamos aqui para sermos alguém na vida” (E. M. J, 2ª. série) .

É evidente que a escola deva atuar no sentido de permitir que seus alunos e alunas possam trilhar múltiplos caminhos, que os conduza na descoberta do saber. Entretanto, não podemos esquecer a diversidade que permeia o ambiente escolar, diversidade esta que deve ser explorada, fazendo com que, a partir das diferenças, os alunos possam identificar-se com o conteúdo perpassado pela escola e, conseqüentemente, interessar-se pelo processo de ensino-aprendizagem. Isso demonstra que o ensino de história é, na verdade uma aprendizagem da vida; uma identificação com nosso mundo social.

Ao conversarmos com o professor e os alunos dessa instituição, percebemos certo pessimismo e desânimo diante do modelo educacional vigente. Muitos acreditam que o ambiente escolar apenas reproduz as desigualdades existentes na sociedade, considerando ineficaz qualquer método que vise a melhoria da qualidade da nossa educação.

Dentre as perspectivas pedagógicas positivas que nos apoiamos está a de Freire, que acredita que a atuação democrática de um educador se verifica quando o educando apresenta uma postura,

democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (FREIRE, 2002, p. 127).

Diante da perspectiva do educador brasileiro, é necessário que o aluno/aluna desenvolva estas potencialidades, identifique a realidade perpassada pelo ambiente escolar com a realidade que o circunda, encontrando, dessa forma, uma verdadeira correspondência entre estas. Para isso, torna-se fundamental a presença de um professor ou professora cujo olhar crítico possibilite este ensino de aproximação com a vida para, deste modo, colaborar com a formação da cidadania. Assim, podemos vislumbrar uma transformação social possível, gerida pela mudança ocorrida no processo educacional.

Considerações Finais

Na contemporaneidade a questão de educar visando a formação da cidadania se constitui num dos temas que perpassa o debate educacional e que tem influenciado as discussões dos professores e professoras, pois têm sido múltiplas as visões que são construídas em torno da perspectiva de cidadania por estes sujeitos históricos.

No ensino médio, pensar a formação do cidadão e de sua cidadania a partir do ensino de história, foi nossa preocupação neste trabalho, tendo em vista que se torna de primaz importância entender as relações que os sujeitos participantes da comunidade escolar, professores/professoras e alunos/alunos, constroem de tal noção, a partir das relações que são tecidas no cotidiano educacional, sobretudo, na vivência de sala de aula: tanto a partir do processo ensino-aprendizagem como nas relações de amizade, laços de sociabilidade e de convivência que são formados nesse contexto de pluralidades..

Pensar a cidadania como pauta no ensino de história é pensar também num ensino que visibilize cada sujeito histórico de que dele faz parte, em que professor e a professora atuem no sentido de possibilitar nos seus alunos/alunas uma outra forma de ler e estar no mundo, tanto enquanto sujeito participante dele, como um cidadão que, ao se posicionar sobre sua realidade, seja capaz de compreendê-la e de transformá-la.

Referências

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 2ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de. Moraes (orgs). *Usos e Abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- BITTENCOURT, Circe M.F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. v.1
- CANIVEZ, P. *Educar o cidadão?* 2ª.ed. Campinas: Papirus, 1991.
- FONSECA, S. G. *Didática e Prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.
- _____. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- NASCIMENTO, R.N.A. *Informação e cidadania: da pluralidade dos sentidos ao desvelar dos ditos*. João Pessoa: UFPB, 2001. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, I.B. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: editora DP& A, 2003.